

☆ continuação

**Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A.**

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

**Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	31.12.2017		31.12.2016	
<b>Receita Líquida</b>	17	80.711	61.121		
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>	18	(53.410)	(61.013)		
<b>Lucro/(Prejuízo) Bruto (Despesas) Receitas Operacionais</b>		<u>27.301</u>	<u>108</u>		
Despesas com vendas	18	(66)	(1.398)		
Despesas gerais e administrativas	18	(3.079)	1.289		
Outras receitas operacionais		352	237		
Outras despesas operacionais		(13)	(16)		
Total		<u>(2.806)</u>	<u>112</u>		
<b>Lucro/(Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<u>24.495</u>	<u>220</u>		
<b>Resultado Financeiro</b>					
Receitas financeiras	19	1.894	1.375		
Despesas financeiras	19	(1.255)	(2.077)		
Total do resultado financeiro		<u>639</u>	<u>(702)</u>		
<b>Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<u>25.134</u>	<u>(482)</u>		
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>					
Imposto de renda e contribuição social - correntes	20.a)	(5.799)	-		
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	20.b)	17.714	(103)		
Total do imposto de renda e da contribuição social		<u>11.915</u>	<u>(103)</u>		
<b>Lucro/(Prejuízo) do Exercício</b>		<u>37.049</u>	<u>(585)</u>		
<b>Lucro/(Prejuízo) Básico por Ação - R\$</b>					
Ordinária	21	0,41134	(0,00650)		
Preferencial	21	0,41134	(0,00650)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto Operacional: a) Informações gerais:** A Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Companhia") tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 02 do Contrato nº 14/2003, que até então era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins que envolvem sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União. Em 16 de novembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União - DOU o Extrato do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado entre a Companhia e a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MTPAC"), com a intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi a prorrogação antecipada do referido arrendamento portuário até 18 de setembro de 2033. A controladora da Companhia é a Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações que representam o capital social. **b) Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração com a Companhia Docas do Pará - CDP:** A Companhia tem o compromisso de pavimentar, cercar e iluminar pelo menos 20.000 m<sup>2</sup> do lote A e adquirir equipamentos necessários para torná-lo apto à movimentação de, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do Contrato. Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração do Terminal, a Companhia está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado, sendo R\$18,78 por contêiner cheio movimentado, R\$3,78 por contêiner vazio movimentado e R\$1,88 por movimentação de carga unitizada por tonelada. As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pela Companhia, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento, *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do Porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato. A Companhia tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do Terminal ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas mensais de aluguel e arrendamento operacional, acrescidas, em setembro de cada ano, pela reposição da inflação por meio do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. Em razão do Oitavo Aditamento ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2033, o montante de R\$129.044 em ampliação, equipamentos e sistemas. **2. Base de Preparação: a) Declaração de conformidade:** As presentes demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 25 de junho de 2018. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c) Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; • Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na nota explicativa nº 15 - classificação de arrendamento mercantil. As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 13 - reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis; • Nota explicativa nº 20 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades

**Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016** (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2017		31.12.2016	
<b>Lucro/(Prejuízo) do Exercício</b>					
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>					
Assistência médica complementar	22	(89)	18		
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>		<u>36.960</u>	<u>(567)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

de lucro tributável futuro; • Nota explicativa nº 22 - mensuração de obrigações de benefícios: principais premissas atuariais. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos. **3. Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente, em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **a) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações contábeis são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do exercício de apresentação. **b) Receita operacional:** A receita é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais e armazenagem alfandegada. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembarque aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou do embarque no navio da carga exportada. **c) Instrumentos financeiros e de patrimônio: Ativos financeiros e passivos não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros não derivativos - mensuração: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. **Capital social - Ações ordinárias e preferenciais:** Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações

continua →